

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

077606/2004
Dimet - 01/07/04
Mary

Parecer Técnico DIMET 412/2004
Processo COPAM: 429/1999/006/2003

PARECER TÉCNICO

Empreendedor: **CAL OESTE LTDA.**
Empreendimento: produção de cal virgem e hidratada e pó calcário
Atividade:
Localização:
Endereço: Rodovia MG 439, km 4,5
Município: Córrego Fundo, MG
Referência: **AUTO DE INFRAÇÃO Nº 603/03**
Classe/Porte: pequeno
Infração: grave

RESUMO

Baseado em vistoria realizada em 13.08.2003, foi lavrado o auto de infração nº 603/03 contra a empresa, em 18.08.2003, por "Instalar, construir, testar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente a licença de instalação ou de operação emitidas pelas Câmaras especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental emitida através da instalação e testes do forno vertical de 80 toneladas de produção diária de cal virgem, que durante a vistoria encontrava-se implantado com equipamentos de controle ambiental, fora de operação mas já submetido a testes". Tal infração classifica-se como grave, tipificada conforme item 1 do parágrafo 2º do artigo 19 do Decreto 43.127, de 27.12.2002, que modifica parcialmente o Decreto 39.424, de 05.02.1998. A empresa foi informada em 25.08.2003 através do ofício OF.DIMET/nº 676/03, cujo AR encontra-se apenso ao processo.

Apresentou defesa, tempestivamente em 15.09.2003. Alegou que "o forno instalado não entrou em fase de produção industrial, embora tivesse sido feito somente um teste pelo fabricante e montador para averiguação dos equipamentos instalados com o objetivo de recebimento do forno pelo empreendedor"

Na defesa não foram apontados fatos que, tecnicamente acrescentaram informações que pudessem descaracterizar a infração indicada.

Consta no Auto de Fiscalização que "Com relação ao pleito da LI para o F-1, verificou-se que o mesmo já foi implantado e já realizou testes, inclusive encontra-se já aquecido" e que "o F-1 esta de acordo com as prevenções ambientais e o local é adequado".

Consta no Sistema SIAM que a fabrica de cal obteve LOC nº 411/01.

Há registro de outra autuação alem do Auto de Infração nº 603/03, sob número 275/99.

As alegações apresentadas pela empresa, sob o ponto de vista técnico, não descaracterizam a infração cometida. Sugere-se a aplicação da penalidade cabível.

Divisão de Indústria Metalúrgica e Minerais Não Metálicos – DIMET		Diretoria de Atividades Industriais e Minerárias – DIRIM
Autor: Flavia Medina Cury	Gerente: José Octávio Benjamim	Diretor: Zuleika S. Chiacchio Torquetti
Prestadora de Serviço Fundação Renato Azeredo	Assinatura: José Octávio Benjamim	Assinatura: Z. Torquetti
Assinatura: Flavia Medina Cury	Data: 30/06/04	Data: 02/07/04

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

251822/2005 J4
PRO 219105
EPR

Processo nº 429/1999/006/2003
Ref: Defesa relativa ao Auto de Infração nº 603/2003
Apresentado por Cal Oeste Ltda

PARECER JURÍDICO

1) Relatório:

1 – A empresa Cal Oeste Ltda foi autuada em 18/08/2003 como incurso no item 1 do §2º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98 parcialmente alterado pelo decreto nº 43.127/02, por ter cometido a seguinte irregularidade:

“ Instalar, construir, testar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a Licença de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras especializadas do Copam ou seus órgãos seccionais de apoio, senão constatada a existência de poluição ou degradação ambiental emitida através da Instalação e testes de forno vertical de 80 toneladas de produção diária de cal virgem, que durante a vistoria encontrava-se implantado com equipamentos de controle ambiental, fora de Operação mas já submetidos a testes.”

2 – O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Tempestivamente, a empresa apresentou sua defesa, alegando em síntese que:

- o forno instalado não entrou em fase de produção industrial, embora tivesse sido feito somente por um teste do fabricante e montador para a averiguação dos equipamentos instalados com o objetivo de recebimento do forno pelo empreendedor,

- quando da vistoria técnica para licenciamento, o forno encontrava-se fora de operação conforme constatado e relatado pelo laudo de vistoria,

- o forno instalado possui equipamentos de controle ambiental para emissão de particulados atmosféricos através de lavador de gases, e assim que puder entrar em operação os resultados serão avaliados por meio de mediação isocinética e enviados a FEAM,

- pelo exposto, solicita reconsideração do auto de infração, transformando-o em advertência pelo caráter de primariedade do empreendedor.

3 – O Parecer Técnico de fls. informa, em síntese, que as alegações apresentadas pela empresa, sob o ponto de vista técnico, não descaracterizam a infração cometida.

[Assinatura]

4 – Análise Jurídica

Do ponto de vista jurídico, a defesa não apresentou quaisquer argumentos capazes de descaracterizar a infração cometida. Nos termos da legislação ambiental em vigor, a instalação de qualquer empreendimento ou atividade que utilize recursos naturais ou capazes de evitar poluição ou degradação ambiental, se sujeitam a prévio licenciamento. É o que dispõe o art 2º da Resolução Conama 237/97.


II) Conclusão:

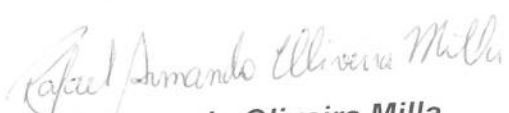
Por derradeiro, ante a ausência de argumentos jurídicos capazes de descaracterizar a infração cometida, remetemos os autos à Presidência da FEAM, sugerindo o seguinte:

⇒ a aplicação de 01 (uma) multa, no valor de **R\$9.577,43**, nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "b" (infração grave, porte médio do empreendimento), c/c artigo 2º, § 1º, inciso II, da Deliberação Normativa COPAM Nº 27/98, alterada pela DN COPAM Nº 64/03;

É o parecer,

Belo Horizonte, 23 de Agosto de 2005.


Denise Bernardes Couto
Consultora Jurídica
OAB/MG 87.973


Rafael Armando Oliveira Milla
Estagiário FEAM
OAB/MG 8230E